

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Société Générale S.A.
Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.668.117/0001-32
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira Cesar
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telephone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais)					
ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	PASSIVO	Nota explicativa
CIRCULANTE		8.294	15.735	CIRCULANTE	
Disponibilidades	5	11	2	Outras obrigações	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	8.135	15.643	Fiscais e previdenciárias	6.b
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.135	15.643	Diversas	6.c
Outros créditos	6.a	148	90	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Diversos		148	90	Outras obrigações	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.576	9.206	Fiscais e previdenciárias	6.b
Outros créditos		10.576	9.206	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Diversos	6.a	10.576	9.206	Capital social	
PERMANENTE		1	1	Reserva legal	
Investimentos		1	1	Reserva de lucros	
Outros investimentos		1	1		
TOTAL DO ATIVO		18.871	24.942	TOTAL DO PASSIVO	
		18.871	24.942		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.415	695	7.386	-	23.496
Lucro líquido do semestre	-	-	-	236	236
Destinações:					
Reserva legal	-	12	-	(12)	-
Reserva de lucros	-	-	224	(224)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	15.415	707	7.610	-	23.732
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.415	742	875	-	17.032
Lucro líquido do semestre	-	-	-	351	351
Destinações:					
Reserva legal	-	17	-	(17)	-
Reserva de lucros	-	-	334	(334)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	15.415	759	1.209	-	17.383
	15.415	759	1.209	-	17.383

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09; e h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 14 de agosto de 2014.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias são constituídos de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2014 e de 2013, não houveram indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação** - A divulgação do lucro por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 01 de julho de 2014 no montante de R\$ 8.135 (R\$ 15.643 em 2013).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	11	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.135	15.643
Total	8.146	15.645

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2014	2013
a) Outros créditos - diversos		
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7.b)	495	409
Devedores por depósitos em garantia	10.081	8.797
Impostos e contribuições a compensar	148	90
Total	10.724	9.296
Curto prazo	148	90
Longo prazo	10.576	9.206
Total	10.724	9.296

	2014	2013
b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	261	174
Impostos e contribuições a recolher	-	1
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	1.170	990
Total	1.431	1.165
Curto prazo	261	175
Longo prazo	1.170	990
Total	1.431	1.165

	2014	2013
c) Outras obrigações - diversas		
Provisão para despesas de publicação	16	6
Provisão para pagamentos a fornecedores	3	3
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 10)	13	13
Provisão para despesas de auditoria	25	25
Outras	-	1
Total	57	45
Curto prazo	57	45
Total	57	45

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	578	377	578	377
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de receita/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes ..	(145)	(94)	(87)	(56)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(4)	(2)	(3)	(1)
Outras despesas não dedutíveis	13	(8)	-	(13)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	(19)	-	(11)	-
Provisão para publicação de balanço	(4)	-	(2)	-
Outras	2	-	1	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(157)	(104)	(102)	(70)
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	21	20	11	13
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social ..	(136)	(84)	(91)	(57)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2014	2013
Base de cálculo		
Provisão para Riscos Fiscais	1.170	990
Outras provisões - diversas	68	32
Total	1.238	1.022
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6.a) ...	495	409

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2014			2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	255	154	409	235	141	376
Constituição de ativo fiscal diferido	55	31	86	20	13	33
Saldo final	310	185	495	255	154	409

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

	2014			2013		
	Valor contábil			Valor contábil		
Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias					
2013	-		13	-		
2014	27		-	-		
2015	-		-	-		
2016	-		396	-		
2017	468		-	-		
Total	495		409	-		

Em 30 de junho de 2014, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 343 (R\$ 287 em 2013). **e) Medida Provisória nº 627 convertida na Lei** - Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Corretora concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e não optará pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 convertida na Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Corretora.

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	2014	2013
Saldo inicial	1.094	934	
Constituição (nota explicativa nº 12.b)	43	32	
Atualização (nota explicativa nº 12.b)	93	24	
Saldo final	1.170	990	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção rele-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		653	514
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		653	514
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		653	514
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(75)	(137)
Receitas de prestação de serviços		27	27
Outras despesas administrativas	11	(244)	(244)
Despesas tributárias		(67)	(42)
Outras receitas operacionais	12.a	275	178
Outras despesas operacionais	12.b	(76)	(58)
RESULTADO OPERACIONAL		578	377
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		578	377
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.a	(227)	(141)
Provisão para imposto de renda corrente		(157)	(104)
Provisão para contribuição social corrente		(102)	(70)
Ativo fiscal diferido		32	33
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		351	236
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		22,06	14,83

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 - (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		351	236
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		44	23
Provisão para riscos fiscais	12.b	76	56
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(32)	(33)
Lucro líquido do semestre ajustado		395	259
Variação de ativos e passivos		(8.111)	(313)
Variação de outros créditos		(295)	(284)
Variação de outras obrigações		(7.816)	(29)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		(7.716)	(54)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(7.716)	(54)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	15.862	15.699
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		8.146	15.645

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

	2014		2013	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Probabilidade de perda				
Perdas prováveis e				
Obrigações legais (i)	1.170	1.170	990	990
Perdas possíveis (ii)	97.894	-	87.382	-
Perdas remotas	451	-	444	-
Total	99.515	1.170	88.816	990
Depósitos Judiciais(*)		10.081		8.797

(*) Nota explicativa nº 6.a

(i) Perdas Prováveis e obrigações legais - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis - Referem-se aos principais processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.531 (R\$ 7.449 em 2013), auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal no montante de R\$ 69.222 (R\$ 67.336 em 2013) e de desmaturização da Bovespa no montante de R\$ 12.790 (R\$ 11.949 em 2013) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 8.493 (R\$ 7.497 em 2013), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliada no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração, **c) Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora. **d) Reserva de Lucros** - Os lucros líquidos apurados nos semestres de 2014 e 2013, após a dedução da reserva legal, foram integralmente destinados para reserva de lucros.

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos bancários	11	2	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.135	15.643	653	514
Outras obrigações – diversas (notas explicativas n’s 6.c e 11)	13	(13)	(77)	(76)
Total	8.159	15.632	576	438